

TRABALHADORES POBRES E CIDADANIA

Heloísa Nair Bicalho de Sousa

A formação do sujeito coletivo na construção civil é estudada a partir das experiências dos trabalhadores no mundo privado e dos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho. O processo se configura tendo como referência uma subjetividade de classe que se explicita nos dois planos, demonstrando a centralidade do conceito de configurações de classe enquanto articulador de um espaço significativo de politização da ação coletiva. Busca-se compreender como este trabalhador consegue, a partir da fragmentação da vida cotidiana, articular-se coletivamente nas pressões de grupos profissionais, nos quebras e nas greves exigindo direitos reconhecidos publicamente.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre o processo de formação do sujeito coletivo na construção civil, a partir das experiências dos trabalhadores no mundo privado e dos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho, nos quebras e nas greves, enquanto configuração de uma identidade de interesses que torna possível a instrumentalização da luta coletiva pela criação de direitos. A trajetória deste processo parte do espaço privado, da família e do trabalho para o espaço público dos quebras e das greves. Ela se configura tendo como referência uma subjetividade de classe que se explicita nos dois planos, demonstrando a centralidade do conceito de *configurações de classe* (Sader, 1988) enquanto articulador de um espaço significativo de politização da ação coletiva.

Nesta pesquisa, o sujeito tem um sentido plural, ou seja, há o reconhecimento de uma diversidade de atores sociais e históricos na cena pública reivindicando direitos. Neste sentido, o espaço da classe se apresenta como central, combinado ao dos diversos sujeitos representados pelos novos movimentos sociais.

No caso dos trabalhadores da construção civil, trata-se de um sujeito marcado pela experiência da privação e da exclusão vivenciada na família, no cotidiano de trabalho e na sociedade. Neste sentido, busca-se compreender como consegue, a partir da fragmentação da vida cotidiana, em que a moral privada oferece uma noção do justo e do injusto, do legítimo e do ilegítimo,

Socióloga do IPEA - Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil.
Este texto está baseado na tese de doutorado em Sociologia recentemente defendida pela autora.

articular-se coletivamente nas pressões de grupos profissionais, nos quebras e nas greves exigindo direitos reconhecidos publicamente.

TRABALHADORES URBANOS POBRES: PRIVAÇÃO, EXCLUSÃO E REBELDIA

Ao tratar a questão dos trabalhadores pobres, Zaluar (1985,p.35) constrói uma imagem distinta daquela de imediatistas nas demandas, com interesses dispersos, convicções irracionais e submetidos a lideranças carismáticas, tal como analisado por autores como Nelson (1969 e 1979), que negam seu papel transformador da estrutura social e do poder político de uma determinada sociedade. Esta última postura parece alheia aos novos movimentos sociais das últimas décadas, que trazem à tona temas e lutas diferenciadas, problematizando espaços sociais onde a ação política estava tradicionalmente ausente (Melluci,1989). Os **movimentos de moradores de periferias urbanas no Brasil, autônomos** em relação ao Estado e aos partidos políticos¹, dos quais fazem parte as famílias operárias da construção civil, tiveram grande destaque nos anos setenta e oitenta e contribuem para questionar a imagem unilateral do comportamento fisiológico, tradicional e individualista imputado aos trabalhadores pobres.

Os operários da construção civil configuram um problema a ser analisado, uma vez que a auto-imagem de *pobre* aparece impregnada de um estigma social que resulta em um forte **sentimento de exclusão** vivido no cotidiano nos menores gestos, atos e desejos, constituindo um elenco de experiências que se acumulam e introjetam um **sentimento de inferioridade e isolamento social e político**.

Telles (1990,p.37) aponta a presença de uma **lógica perversa** vinculada à figura do *necessitado*, tornando-o alvo de ajuda (ao invés de direitos), tutela (no lugar da participação) e caridade (em vez de justiça), imputando à pobreza o estigma de excluídos do processo de desenvolvimento. Neste sentido, a tradição hierárquica da sociedade brasileira implica o não-reconhecimento das classes populares como sujeitos de demandas legítimas, transformando o mundo do trabalho em arena de luta por "direitos de reconhecimento, representação e negociação dos trabalhadores como classe" (Paoli,1989,p.48).

Neste cenário de **discriminação e estigmatização social**, os trabalhadores vivenciam uma experiência privatizada de proletarização (Paoli,1989 e Simão,1966) pautada em certa ausência do espaço público, devido à frágil existência de canais institucionalizados de expressão de suas

A este respeito, ver SADER, 1988. Telles, 1984; BARREIRA, 1992; e JACOBI, 1984

demandas coletivas. Nesta condição, desenvolvem uma subjetividade específica que os particulariza em relação ao conjunto da classe, resultando num sentimento de impotência presente no plano simbólico e político.

Esta situação combina-se ao processo de **dilapidação da sua força de trabalho** (Abramo, 1986), fruto das condições espoliativas nos canteiros de obra (relações de trabalho opressivas, trabalho clandestino, longas jornadas, disciplina rígida do processo de trabalho, alta rotatividade, irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista, falta de higiene e segurança nos canteiros de obra, e alimentação precária dentre outras). Diante das inúmeras irregularidades no dia-a-dia da produção, eles têm recorrido à **ação direta** (quebras de cantinas, alojamentos e escritórios de obra) marcada pela violência, como um instrumento de resposta às injustiças vividas. Ao lado dos protestos individuais e ações grupais, o **quebra-quebra** (Sader, 1981) tem se delineado como uma estratégia espontânea de luta deste setor de classe. Diversos eventos desta natureza ocorridos desde os anos cinquenta e retomados nos anos setenta têm contribuído para a definição da categoria como tradicionalmente "explosiva" e "desorganizada" (Abramo, 1981).

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO

Paralelas às práticas dos quebras, as **greves** dos trabalhadores da construção civil, especialmente as de 1979, foram a expressão da explosividade da categoria. Surgiram das bases operárias (Werneck Viana, 1980), demandando o fim da política salarial de arrocho do governo autoritário e exigindo o reconhecimento de direitos econômicos, sociais e políticos. Apesar da resistência empresarial e do forte aparato policial, emergiram a partir dos canteiros de obra e se expandiram através de piquetes. O uso da violência pelos operários (quebras de sirenes, tapumes, louça sanitária, etc) foi um instrumento diante da ofensiva dos administradores da produção e da ausência de dirigentes sindicais representativos de seus interesses.

A partir destes movimentos da base, surgiram diversas Oposições Sindicais no país (Curitiba, Vitória), cuja plataforma estava pautada nas propostas do **novo sindicalismo**². Estas novas organizações coletivas têm servido de mediação das reivindicações das bases operárias e vêm contribuindo decisivamente para mudar o eixo das lutas do setor. Vitoriosas

² O eixo central da plataforma do "novo sindicalismo" consiste na luta contra a política salarial do regime autoritário, no fim das instituições trabalhistas corporativas, no controle das condições de trabalho, na negociação direta, na liberdade e autonomia sindical e no efetivo direito de greve, tendo como mediação a organização e mobilização das bases operárias.

em eleições sindicais desde o início dos anos 80, as novas direções sindicais da categoria têm pautado seu programa de trabalho na defesa de melhores salários, condições de vida e trabalho, democratização do sindicato e participação efetiva das bases, apontando em direção à conquista de novos direitos.

Neste estudo, o conceito de **sujeito coletivo** (Sader,1988,p.55) tornou-se central à análise, na medida em que o mundo do trabalho se coloca como um dos espaços políticos da ação coletiva (Castoriadis,1985; Laclau,1986 e Melucci,1989). A presença na cena pública brasileira dos novos movimentos sociais (moradores de periferia urbana, mulheres, Índios, negros, ecologistas, homossexuais, etc) com reivindicações vinculadas à esfera do cotidiano e da cultura (Telles, 1986; Sader, 1988; Scherer-Warren e Krischke, 1987), explicitam a presença de novos sujeitos históricos na trajetória de nossa sociedade. No Brasil, a classe trabalhadora detém centralidade na esfera do conflito social, especialmente no que se refere à ação sindical, porém, dentro do estatuto de sujeito plural (Bicalho de Sousa, 1993), tendo em vista a diversidade de atores sociais presentes no espaço público reivindicando direitos.

Esta análise está voltada para o **processo de formação do sujeito coletivo dos trabalhadores da construção civil** articulado em três níveis, tendo em vista as contribuições de Chauí (1988 e 1989) e Melucci (1989): a) a configuração de uma identidade coletiva; b) o campo do conflito e c) a capacidade de criação de direitos. Esta dinâmica pode ser compreendida a partir da experiência particular dos operários, em que são repostas continuamente as instâncias do privado, do coletivo e do público (Bicalho de Sousa,1992), configurando uma multiplicidade de práticas e discursos e atribuindo significados renovados às ações sociais.

VIDA EM FAMÍLIA: SENTIMENTOS E MORALIDADE

Carentes de legitimidade social e reconhecimento político como sujeitos capazes de negociar seus interesses na sociedade, os trabalhadores da construção civil, na trajetória de sua constituição enquanto sujeito coletivo, situam-se na **esfera privada da família** como uma experiência essencial, a partir da qual são capazes de definir parâmetros para o conjunto da vida social. Excluídos de patamares dignos de vida, constroem seus projetos familiares tendo como referência um **paradigma de moralidade e um modelo de autoridade centrado na ética do provedor** que configuram o arcabouço da identidade operária.

Em torno da figura do **chefe provedor** (Zaluar,1985; Telles, 1990 e 1992) responsável pelo sustento da família, são definidas as noções de

respeitabilidade e dignidade a partir das quais se coloca o ideal da família organizada e do trabalho honesto, como modelo da elaboração das identidades familiares e de um projeto de vida pautado em um código moral de reciprocidade que permita manter a família unida através da autoridade paterna e assim, possivelmente, salva da miséria e da delinqüência. É através deste código moral de reciprocidade que o provedor se coloca como um **sujeito moral**, eixo de referência para os deveres, obrigações e responsabilidades familiares. Enquanto trabalhador pobre torna os valores da respeitabilidade, da honra e da dignidade em parâmetros que levam a exigir reciprocidade (Sarti, 1993) por parte da empresa e do governo. Em troca do seu trabalho, espera tratamento digno e salário decente, e, como contraparte do cumprimento dos seus deveres cívicos, aguarda a implementação de políticas públicas que dêem resposta às necessidades básicas de sua família.

Ao assumir a ética de provedor, responsável pela guarda e sustento dos familiares, configura uma **posição ambígua** à medida que tenta, por um lado, suportar as injustiças e arbitrariedades das relações de trabalho, aceitando muitas vezes em silêncio as repreensões e punições das chefias, temendo a demissão, cujo efeito imediato é colocar em risco a sobrevivência do grupo doméstico, e por outro, ao adotar o código moral de reciprocidade, adquire uma noção do justo e do injusto, fato que o leva a atitudes de rebeldia diante de humilhações e injustiças praticadas no local de trabalho.

Neste campo ambivalente, adota a consciência da obrigação com o sustento familiar, definindo uma vida regrada de "pai da família" que coloca este objetivo acima de seus desejos pessoais. A escolha deste referencial de vida está vinculada, de um lado, ao plano moral da ética de provedor, e de outro, ao amor dedicado à esposa³ e filhos, ambos pilares sustentadores desta luta permanente para evitar a miséria, e assim ampliar as chances de sucesso do projeto familiar.

Dada a instabilidade do mercado de trabalho, os baixos salários e a ausência de políticas públicas que respondam às suas carências e necessidades sociais, as **redes pessoais de relacionamento social** (Macedo, 1985 e Fausto Neto, 1982) compostas pelos **parentes e vizinhos** configuram um arrimo essencial para enfrentar os períodos de doença e o fantasma do desemprego, especialmente nos períodos de recessão econômica, ocasião em que podem contar com o apoio material e emocional das pessoas mais próximas.

Apesar da afetividade existente entre o trabalhador e sua esposa, o exercício do mando como parte da função de chefe provedor ao nível doméstico resulta algumas vezes em conflitos conjugais. De fato, há até registros, nas Delegacias da Mulher no DF, de práticas de violência por parte dos operários da construção. Entretanto, estes parecem ser casos isolados, uma vez **que não se fizeram presentes** durante o longo trabalho de campo realizado nesta pesquisa (1989-1991).

Os parentes (Durham,1973) constituem um ponto de referência básico da fixação na cidade, assim como respondem satisfatoriamente às carências cotidianas, dentro de um paradigma composto por três elementos: dar, receber e retribuir. Dentro deste código de reciprocidade, realizam a troca de serviços e reparos domésticos, estabelecendo uma ajuda mútua que permite responder aos problemas mais imediatos. Mães, sogras e irmãs auxiliam a esposa que trabalha fora no cuidado com as crianças, assim como órfãos, doentes e inválidos são amparados pelas famílias como um gesto de solidariedade aos membros assolados pelo infortúnio.

Mesmo combinando momentos de cooperação e de conflito, os parentes e vizinhos, movidos pela amizade, estabelecem as condições que permitem ao chefe provedor enfrentar o permanente desafio de sustentar seu grupo doméstico e, apesar das adversidades do mercado de trabalho, superar uma série de situações de precariedade e de risco de marginalização, garantindo certa sobrevivência do seu papel, principalmente quando pode contar com a ajuda da esposa e filhos.

GESTÃO DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL DILAPIDAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A EXPERIÊNCIA EMBRIONÁRIA DE MUDANÇA

O **processo produtivo** na construção habitacional é composto por uma sucessão de etapas integradas por atividades diversificadas, com grande variedade de materiais e componentes que utilizam diversos instrumentos de trabalho para sua transformação. As etapas (instalação do canteiro, fundação, estrutura, vedação, cobertura, instalação hidráulica e elétrica, pintura, revestimento de forros e paredes, etc) são realizadas através de atividades relacionadas ao preparo de materiais, componentes e equipamentos auxiliares, à própria construção da obra e ao apoio das atividades produtivas.

Segundo Farah (1992, p.70-80), o **processo de trabalho** no setor de edificações enfatiza a utilização do **trabalho manual** como eixo da atividade produtiva, o que implica a preservação de certa habilidade por parte dos trabalhadores, configurando a organização do trabalho uma estrutura de ofícios pautada na qualificação. Novos ofícios foram introduzidos nas últimas décadas, relacionados à execução de determinadas partes do processo de trabalho, acabando por exigir dos operários o domínio do saber-fazer aí implícito. Esta combinação do predomínio da atividade manual com uma divisão técnica baseada em certo parcelamento do trabalho e a especialização dos operários centrada na habilidade, apesar de incluir certa separação entre concepção e execução, constitui o chamado **perfil manufatureiro do setor**. Juntamente com a ênfase no trabalho manual, este

ramo da construção incorpora de modo expressivo uma mão-de-obra não qualificada⁴ em todas as etapas do processo produtivo, além de caracterizar-se também pela preparação de insumos para a produção.

Esta **tensão entre a manutenção da autonomia na produção por parte dos operários e a existência de uma estrutura hierárquica rígida** suficientemente competente para garantir a qualidade dos ofícios e controlar o trabalho coletivo acaba definindo a predominância da gestão do trabalho em bases autoritárias. Esta tem sido uma tradição do setor, em que a **lei do berro**⁵ adotada pelos administradores da produção tem prevalecido, em detrimento de formas mais democráticas de organização e gestão. Entretanto, a postura autoritária não tem garantido um controle mais eficiente do processo de trabalho, mesmo porque o **domínio do saber-fazer continua em mãos dos trabalhadores**, tornando difícil para a empresa alcançar qualidade, produtividade e economia de insumos e materiais, sem o envolvimento dos trabalhadores (Farah, 1992, p.76-84).

Desde os anos quarenta, **o saber prático vem sendo substituído pelo saber técnico** (Farah, 1992, p. 147-150), integrando conhecimentos científicos ao processo construtivo que não foram repassados aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que ocorria maior distância entre a concepção e a execução. Esta estratégia patronal, utilizando equipes alternadas e parcelizando as etapas da produção, não impediu que até hoje prevalecesse o controle do processo produtivo e parte de sua concepção sob o domínio dos operários.

Cabe lembrar que a **adoção de novos sistemas estruturais** a partir da intervenção do Estado no setor⁶ ocasionou mudanças no processo de trabalho, permitindo ampliar a margem de controle do capital sobre o trabalho. Medidas de racionalização do trabalho tais como as centrais de concreto e a utilização do pré-corte e pré-dobragem de ferragens favoreceram a redução do prazo de construção e dos custos, resultando em maiores ganhos de produtividade. Entretanto, conforme argumenta Farah (1992, p.190), estas modificações ocorreram sem que houvesse abandono de formas predatórias tradicionais.

A gestão tradicional da força de trabalho centrada na estrutura de poder representada pela hierarquia de ofícios sobrevive através de

Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SINDUSCON-SP:
Perfil da Construção Civil:1989-1991, p. 27, apud FARAH, 1992.

Referência ao caráter arbitrário e autoritário do comportamento da direção dos canteiros de obra na relação com os trabalhadores, que tem predominado nas últimas décadas

Vargas (s/d., p-3) aponta o papel expressivo do Estado neste setor após 1964 através da demanda e oferta de obras, assumindo as funções de contratante direto ou regulador do financiamento habitacional e de unidades industriais.

inúmeras **práticas dilapidadoras da mão-de-obra** difundidas neste setor industrial. A gerência das obras tem adotado políticas de pessoal e de relações de trabalho pautadas no arbítrio, na improvisação e na tentativa de imposição da vontade dos controladores da produção sobre o trabalho operário. Inúmeros conflitos têm sido vividos no cotidiano de trabalho que expressam a desigualdade, a humilhação e a injustiça presente nas ações dos gerentes dos canteiros, responsáveis pela implementação das medidas que afetam diretamente as condições de trabalho e a própria reprodução dos operários.

Uma das questões centrais levantadas por Morice (1988,p.14-17) referente à dinâmica da indústria da construção civil é a **geração do setor informal dentro do próprio setor formal**. Para Morice, a **prática do trabalho clandestino**⁷ é utilizada amplamente pelas empresas do setor, seja no país, seja no exterior⁸. O argumento empresarial em sua defesa aponta no sentido da instabilidade dos recursos disponíveis pelos cofres públicos para dar andamento à política habitacional. Além disso, atribuem às variações conjunturais (crescimento econômico e recessão) a dificuldade para lidar com a mão-de-obra do setor, preferindo transferir aos gatos (subempreiteiros) a responsabilidade pela contratação clandestina e a demissão de operários dentro dos canteiros. Muitas vezes, as empreiteiras limitam-se a registrar a carteira de trabalho de determinado número de trabalhadores que corresponde às exigências mínimas da previdência social.

De fato, a dinâmica de funcionamento da indústria da construção acaba provocando **altíssimas taxas de rotatividade**, tornando-se esta uma característica básica do setor⁹. Morice (1989) reconhece a importância dos fatores técnicos provocadores deste efeito (deslocamento dos canteiros de obra, formas de sucessão do processo produtivo, caráter imobiliário do produto final, dificuldade para a formação de uma categoria qualificada, etc), mas chama a atenção para a relevância dos **elementos sociais** na configuração deste mecanismo. Alerta para as diferenças a serem consideradas nos diversos sub-ramos do setor e na própria categoria, devendo-se levar em conta os complexos sistemas de decisão e controle orçamentário presentes junto ao setor público, à classe empresarial e aos

Do total de 2.512.592 empregados com o trabalho principal na construção, 1.391.114 (55,36%) tinham carteira assinada, enquanto 1.121.478 (44,63) não tinham acesso a este direito trabalhista (PNAD/1989). 8 Referência aos relatórios da "Inspection du Travail" da França sobre a contratação de trabalhadores imigrantes clandestinos por parte de uma das maiores construtoras do mundo (1988, p-

Referência aos relatórios da "Inspection du Travail" da França sobre a contratação de trabalhadores imigrantes clandestinos por parte de uma das maiores construtoras do mundo (1988, p.18) No DF, do total de 601 trabalhadores entrevistados, 14,64% estavam na empresa há menos de 3 meses; 50,08%, de 3 meses a um ano; 32,28%, entre mais de 1 ano e 5; 2,33%, entre mais de 5 a 10; e 0,67%, entre mais de 10 e 20 anos. SESI, Brasília/DF, 1991:26.

próprios trabalhadores; e finalmente, destaca a articulação existente entre mobilidade, saber operário e nível de salário.

A rotatividade também está imbricada com a **política de recrutamento, seleção e demissão** dos trabalhadores. Estes processos foram muito bem analisados por Grandi (1979, p.78-81; 98-111 e 1985, p.624-639), ao considerar não haver problemas no recrutamento da força de trabalho até meados dos anos oitenta, à medida que havia uma população excedente constituída pela própria dinâmica do setor, configurando o seu mercado interno de trabalho. No entanto, a partir desta data, a diminuição do fluxo migratório da região Nordeste para a Sudeste, somada às mudanças ocorridas na produção e no mercado consumidor, resultou em certa carência de mão-de-obra qualificada neste setor.

A demissão dos trabalhadores tem sido alvo de uma política profundamente autoritária e arbitrária até os anos mais recentes. Três modalidades vêm sendo utilizadas pelos empregadores e operários: o **pedido de demissão, a dispensa e o pedido para ser dispensado**. Sendo o pedido de demissão a forma menos onerosa para a empresa, este mecanismo é acionado de forma prioritária através da criação de situações desagradáveis e cansativas para o trabalhador (transferência para canteiro distante do local de moradia, trabalho pesado ou desinteressante, humilhações, etc), a ponto de forçá-lo a pedir demissão.

Entre a dispensa, muitas vezes por motivos irrelevantes, incidindo até em justa causa¹⁹ e o pedido de demissão, insere-se um conjunto de situações intermediárias em que está presente a figura do acordo entre as partes. Diversas pesquisas (Bicalho de Sousa, 1983; Valladares, 1981; Grandi, 1979 e 1985) revelam as perdas que afetam os trabalhadores nestas ocasiões. Pagamento reduzido do aviso prévio, férias, 13º salário, além de outras obrigações são negociadas de forma desigual, seja na própria firma, seja na Justiça do Trabalho. Muitas vezes, premidos pelos compromissos pessoais e conhecendo a demora dos processos na Justiça do Trabalho, os operários terminam realizando o acordo, apesar de saber que estão sendo fraudados em seus direitos.

A **questão salarial** tem sido o "calcanhar de Aquiles" da indústria da construção nestas últimas décadas. A postura empresarial no sentido de manter os baixos salários para trabalhadores considerados "desqualificados" e "ignorantes" tem prevalecido há longo tempo. Pesquisa mais recente realizada pelo SESI (1991 ,p.72-84 e 104-113) aponta no caso do sub-setor

Este setor industrial tem utilizado a justa causa de forma abusiva, arbitrária e autoritária, como meio para disciplinar e submeter a força de trabalho às normas da hierarquia de ofícios, em que o mestre tem um papel central. A partir das greves operárias desde o final dos anos 70, esta prática vem sendo questionada pelos trabalhadores, tendo diminuído de modo expressivo nos anos 90.

de edificações, 7,19% ganhando até um salário mínimo; 43,75%, de um a dois; 41,85%, de dois a cinco; e 5,75%, mais de cinco. Se olharmos as médias salariais mensais por ocupação, verificamos que os trabalhadores da produção, ou seja, a maior parte do setor, ficam em médias bastante baixas (servente: 1,59 salário mínimo; ajudante: 1,87; carpinteiro: 2,61; e pedreiro: 2,66), sendo que as maiores médias encontram-se nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as menores estão localizadas na região Nordeste (SESI, 1991,p.75-76). Considerando a perda expressiva do poder de compra do salário mínimo na última década, é possível concluir que a média salarial da massa dos trabalhadores do setor fica em patamares próximos à linha de pobreza¹¹, ou seja, em condições de penúria, desconforto e miserabilidade.

As **condições de trabalho** deste setor de classe configuram um conjunto de situações espoliativas presente nos canteiros de obra¹². Inicialmente, a **jornada de trabalho** (nove a dez horas diárias) extrapola os limites legais, institucionalizando o regime de horas-extras¹³. O uso intensivo e extensivo da força de trabalho são elementos fundamentais para o funcionamento da indústria da construção civil. A divisão manufatureira do trabalho, baseada em instrumentos rudimentares adaptados às diferentes operações, pouco utiliza máquinas, as quais se restringem apenas às tarefas complementares. Neste sentido, grupos operários de diferentes habilitações revezam-se em cada etapa da obra, coordenados pelo mestre-de-obra, o organizador da cooperação e fiscal das atividades técnicas.

O prolongamento da jornada muito além dos parâmetros previstos na legislação trabalhista é feito através de mecanismos denominados *serão e virada*. O primeiro refere-se ao prolongamento imediato da jornada diurna até um horário variável que não ultrapassa os limites máximos do esgotamento físico. O segundo, amplamente utilizado até os anos setenta, tomou-se mais seletivo a partir dos movimentos grevistas de 1979. Ignorando a necessidade física do descanso para recompor a força de trabalho, estende a jornada chegando até trinta e cinco horas ininterruptas.

Um dos momentos de maior intensidade de trabalho é a fase da **concretagem**. É uma cena cinematográfica, na mistura do concreto bombeado, corpos chapiscados de lama, gritos de ordem e contra-ordem do mestre e do engenheiro e a presença de certo risco, tendo em vista a rapidez necessária dos movimentos do corpo acompanhando o ritmo do fluxo do

Conceito utilizado pela CEPAL para designar famílias cujas rendas são insuficientes para satisfazer as necessidades básicas alimentares e não-alimentares de seus membros. Ver, a este respeito, *Una Estimación de la Magnitud de la Pobreza en Chile*, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL, 1987.

¹² A este respeito ver Bicalho de Sousa, 1983, SESI.1991; PIMENTEL.1978; e MINAYO.1986

¹³ Segundo a PNAD/1989 (IBGE), do total de 3.785.981 trabalhadores, 175.898 (4,65%) trabalhavam até 39 horas semanais; 2.778.019 (73,38%), de 40 a 48 horas; e 828.719 (21,89%), 49 ou mais.

concreto usinado e do vibrador. Durante a concretagem, ocorrem diferentes formas de sabotagem, como um mecanismo de resistência ao processo intensivo de trabalho que resulta em grande desgaste físico dos trabalhadores.

Além da concretagem, a prática da **tarefa**¹⁴ configura outra modalidade de exploração do trabalho de forma intensiva. A ausência de planejamento da produção, somada aos prazos rígidos da entrega das obras sob pena de multa, além dos baixos salários e da hierarquia rígida dos ofícios, são fatores que corroboram diretamente para a utilização e manutenção do mecanismo da tarefa no âmbito do processo produtivo. Sujeitos a burlas constantes do trabalho executado, principalmente no caso das tarefas, adotam **posturas defensivas individuais** (Dejours, 1988) para tentar fazer frente às situações indesejadas. Desta forma, se de um lado a tarefa é esperada como alternativa para aumentar o rendimento da semana, e inclusive preferida por boa parte dos trabalhadores, de outro, cria esta atitude de recusa como uma forma de resistência dos operários diante da possibilidade do aproveitamento da gerência da obra, uma vez que pode se traduzir em trabalho não pago e não há garantias que permita evitá-lo.

O sofrimento dos trabalhadores também se encontra presente em uma outra dimensão das necessidades básicas: a alimentação e nutrição. Alvo de quebras desde os anos cinquenta, as cantinas de obra se tornaram um símbolo da insatisfação e revolta presente no espaço da produção. O desinteresse patronal pelas condições de vida dos operários do setor fez com que, durante longas décadas, o processo de dilapidação da força de trabalho se consumasse a partir de um elemento fundamental para a sobrevivência humana: a comida.

Estudo realizado pelo SESI (1991b) no Distrito Federal a respeito das refeições oferecidas pelas empresas demonstra que o café da manhã (leite com café e pão francês com margarina) e o almoço (arroz, feijão, carne de qualidade inferior, tomate, mandioca ou macarrão e farinha de mandioca temperados com óleo de soja) correspondia a uma média de 1.936 calorias, enquanto a necessidade de um adulto de 65 quilos (peso médio dos trabalhadores do setor) dedicado a atividades leves é de 2:700 calorias diárias, chegando a 3.000 para aqueles que desenvolvem atividades moderadas e 3.600 para os que se dedicam a atividades pesadas, tal como é o caso da construção civil. Neste sentido, a alimentação servida nas empresas entrevistadas situava-se abaixo do mínimo necessário, sendo o almoço insuficiente em alimentos reguladores e abundante em alimentos

14

A tarefa é um contrato informal de trabalho que se estabelece entre empregado e empregador e que se sobrepõe ao contrato formal já existente entre as partes. Com a tarefa, negocia-se uma remuneração extra para a conclusão de um dado trabalho, dentro de um determinado período de tempo" (Thomazi, 1990, p.2).

energéticos. Somam-se a isso as precárias condições de higiene e acondicionamento dos alimentos e utensílios domésticos.

O caso dos **alojamentos** não é tão diferente da situação das cantinas. Ainda que em torno de 25,52% dos trabalhadores utilizem algum tipo de "benefício moradia", a grande maioria destes (92,22%) necessita do alojamento, principalmente devido à falta de condições financeiras (SESI, 1991 ,p.98-99). Jovens (42,40% entre 19 e 25 anos), solteiros (59,70%), com pouca qualificação (21,30% serventes e 21,51% ajudantes), garantem para as empresas a "capitalização do descanso" (Grandi,1981,p.88), sujeitando-se a condições precárias ao nível do conforto e higiene, além dos problemas derivados do convívio social entre personalidades, hábitos e comportamentos tão diversos.

A situação dos **sanitários** torna a vida nos alojamentos ainda mais sofrida. Rústicos (sem vasos sanitários ou quando existem em péssimas condições de uso), desequipados (chuveiros de água fria com cano, pias sem torneiras) e sem higiene, exalando mau cheiro pela obra, os banheiros constituem, salvo raras exceções, um local que os trabalhadores só utilizam sob emergência.

Devido às péssimas condições de trabalho e de vida nos canteiros, a situação de **saúde** da categoria também se revela precária, exigindo medidas urgentes para contorná-la. A pesquisa feita pela equipe de saúde do SESI no DF e região do Entorno, envolvendo onze empresas de médio e grande porte, examinou 1.011 trabalhadores (exames antropométricos, físicos e laboratoriais) com o objetivo de detectar afecções, infecções e infestações diversas, registrando um total de 90% dos operários examinados com problemas de saúde de ordem cardiovascular, digestivo, respiratório, urinário ou locomotor, além de deficiências visuais e alterações dermatológicas (SESI,1991c,p.15).

A partir de uma análise global das condições de saúde dos trabalhadores da construção civil do DF, a equipe conclui: "foram diagnosticados problemas que afetam diretamente o estado de higidez, predispondo-o a acidentes do trabalho e a doenças profissionais, com reflexo nas suas condições sociais e de produtividade" (SESI, 1991 c,p.23).

A partir deste diagnóstico, toma-se possível identificar inúmeras **situações irregulares do ponto de vista de medidas e equipamentos de segurança nas empresas**. Segundo o estudo do SESI no DF (1991e,p.18-19), incluindo as instalações elétricas provisórias, sinalização e prevenção de incêndios, as primeiras encontravam-se em "precárias condições de utilização" (fios desencapados, posteamentos irregulares, chaves de faca sem blindagem para ligar serras circulares e betoneiras), a sinalização apresentava-se deficiente, pondo em risco a circulação de veículos e pessoas

e o número de equipamentos de combate a incêndio era "insuficiente, mal distribuído e não sinalizado, além da falta de pessoal treinado para sua utilização em caso de emergência". Neste sentido, os riscos de segurança nos canteiros eram evidentes e permitem compreender por que a construção civil constitui um setor com **altos índices de acidentes de trabalho**. Dados do SESI (1991,p.167-168) indicam que 14,57% dos operários sofreram algum tipo de acidente de trabalho em 1990, representando 21,35% do total de trabalhadores acidentados no país.

Este **conjunto de situações dilapidadoras da força de trabalho** constituídas desde a prática do trabalho clandestino, as altas taxas de rotatividade, a política de recrutamento, seleção e demissão, os baixos salários, a necessidade de trabalho extra, as longas jornadas de trabalho, as precárias condições de alimentação e nutrição dos alojamentos e banheiros das obras até a saúde e segurança dos operários compõem um quadro de privação e exclusão que se instaura apoiado na lógica presente neste setor empresarial (Vargas,1984,p.34), em que a fonte do lucro se desloca para atividades não produtivas (ex: incorporação), desmotivando a busca de produtividade através de inovações tecnológicas e da racionalização do trabalho. O início da reversão deste processo implica a possibilidade de as empresas adotarem uma nova postura diante do processo produtivo, de modo a tornar a racionalidade **econômica** o critério a partir do qual se estruturaria a lógica do lucro, articulada à uma nova proposta de gestão do trabalho, pautada na democratização das relações sociais nos canteiros.

Tendo em vista este quadro geral de degradação das condições de vida e trabalho, o **processo de resistência no interior dos canteiros de obra**, combinando quebras, sabotagens, perdas e desvios de materiais, absenteísmo e atrasos, desde a década de cinquenta, foi intensificado no final dos anos setenta com a forte mobilização dos trabalhadores da construção civil através de quebras e greves. Esta pressão coletiva nascida nas bases operárias sensibilizou uma parcela de **empresários** do Rio de Janeiro, palco de episódios violentos (quebras e queimas nas obras do metrô, principalmente em 1978), dispostos a adotar novas práticas nas relações de trabalho, de modo a arrefecer a revolta presente nos canteiros. Neste sentido, definiram **uma estratégia voltada para a racionalização econômica**, pautada na modernização do processo produtivo e das relações de trabalho.

É preciso lembrar também que o movimento sindical brasileiro avançou muito nos anos oitenta, conquistando novos direitos nos locais de trabalho e ao nível econômico, social e político, tornando esta experiência de classe uma referência para os trabalhadores da construção civil, que se mantêm relativamente informados e mobilizados através das greves nos canteiros que vêm eclodindo em todo o país desde 1979.

Finalmente, verificamos que o setor apresenta peculiaridades que merecem muita atenção dos estudiosos dos padrões de gestão e relações de trabalho. Tudo parece indicar que ele está vivenciando um **processo de transição lenta para um novo modelo de gestão e organização do trabalho**, em que duas propostas estão em disputa: de um lado, a política tradicional de absorção de mão-de-obra, tendo como eixo a dilapidação da força de trabalho, e de outro, uma nova política interessada na fixação dos trabalhadores na empresa, voltada para critérios de qualidade e produtividade que se difundem no país e por todo o setor industrial no mundo contemporâneo. Contudo, a resistência patronal às modificações se faz sentir no âmbito da própria Câmara Setorial da Construção Civil, criada em 1993 para negociar de forma tripartite as diferentes políticas do setor (habitacional, tributária e de relações de trabalho) e se espalha pelos segmentos empresariais em todo o país.

Além disso, as máquinas sindicais burocratizadas têm respondido até certo ponto às reivindicações de melhoria das condições de salário e trabalho, mantendo uma pequena base de associados e manipulando seus interesses nos fóruns deliberativos. Apesar de as Oposições Sindicais já estarem relativamente difundidas na categoria, as dificuldades para assumir o comando da máquina sindical, em grande parte sob controle de dirigentes assistencialistas e imobilistas, tem impedido que a pauta de reivindicações seja ampliada para questões relacionadas ao processo e às condições de trabalho, tal como acontece nos setores industriais de ponta.

Diante deste quadro, a adoção do novo modelo de gestão e relações de trabalho é um processo embrionário que se mantém restrito a poucas empresas no país, as quais passaram a implementar políticas de pessoal e de relações de trabalho afinadas com o processo de construção democrática da sociedade brasileira.

O CANTEIRO DE OBRAS; ESPAÇO DE PRODUÇÃO, SOCIABILIDADE, SUBMISSÃO E RESISTÊNCIA

A **identidade operária** constitui um processo social em que estão presentes as dimensões da **identificação** (unidade do grupo em função de semelhanças e objetivos), da **diferenciação** (significados particulares para nominar e tratar a si e os outros), da **oposição** (negação de características e significados produzidos por outros grupos) e da **afirmação** (de situações, características e significados próprios), tal como registrados por Siqueira e Souza Filho (1987). A vivência destas dimensões ao nível do cotidiano das relações sociais permite a configuração de uma identidade de grupo que unifica os trabalhadores da construção enquanto segmento social. A partir daí, nasce a oposição nós/eles, que se torna uma demarcação sócio-cultural

das práticas e discursos especificamente operários, em relação àquelas de atores sociais articulados à esfera do poder na sociedade capitalista (Hoggart,1973,p.87-121). A solidariedade torna-se, assim, um instrumento da vivência operária expresso nas diferentes esferas da vida social: o trabalho, a família, a vizinhança do bairro.

A identidade configura um sentimento de pertencimento a um grupo, excluindo e se opondo a outros, em que a auto-representação da diferença em relação aos outros permite constituir certa consciência da alteridade, ao mesmo tempo em que os afirma como iguais. Este processo está profundamente articulado na **cultura**, à medida que implica orientar e dar significado às ações operárias, estabelecendo uma unidade entre ação e representação ao nível do grupo (Durham,1977,p.33). Souza-Lobo (1991,p.89) aponta, no caso da classe operária, para a existência de uma **cultura política**, configurada por atitudes, crenças e códigos de comportamento das classes subalternas em que se dá a articulação da experiência cotidiana nas práticas de trabalho, nos discursos e modos de vida destas classes.

A identidade dos trabalhadores da construção civil está centrada no **mundo do trabalho**, em que se encontra um espaço social no qual se contrapõem a outros atores sociais. A experiência do **antagonismo** vivido nas relações de trabalho com os gestores da produção implica a existência de valores e interesses do grupo em contraposição às normas produtivas definidas pela gerência. Por outro lado, emergem práticas solidárias entre os operários cujo significado está pautado pelo reconhecimento de interesses comuns que os identifica.

O espaço do mundo do trabalho é o eixo estruturador deste processo de construção da identidade, à medida que permite uma experiência enriquecedora da "configuração" de classe (Sader,1988), ao propiciar a constituição de relações sociais pautadas na **sociabilidade** e no **conflito**. No primeiro caso, ela está referida a valores, interesses e atitudes que os identificam enquanto grupo social. O cotidiano de trabalho toma-se um espaço social de estreitamento dos laços inter-pessoais através da parceria no trabalho, das brincadeiras, dos jogos e conversas sobre a vida, assim como da emergência de **práticas de solidariedade** que se contrapõem às tentativas da empresa no sentido de dividi-los internamente, acirrar a competição entre eles e alimentar as atitudes de submissão. A presença de novatos, a delação de colegas e os "peixinhos" dos gestores da produção são situações geradoras de certa contestação por parte dos trabalhadores, apontando em direção à resistência e ao conflito.

As práticas de resistência (nó cego¹⁵, sabotagem, pressão coletiva de grupos profissionais, etc) refletem a **tensão** permanente presente no interior dos canteiros e estão voltadas para a disputa do tempo de trabalho com a gerência e da remuneração pautada em um padrão de vida digno. Estas tensões evoluem algumas vezes para explosões individuais ou grupais, provocando **conflitos** resultantes da arbitrariedade e autoritarismo presente nas relações de trabalho, combinados à ausência de canais de negociação das demandas e de regras explícitas do permitido e do proibido no espaço da produção.

A experiência dos operários da construção no contexto ambíguo e contraditório das relações de trabalho na obra reflete uma articulação entre **sociabilidade e conflito**, que molda um comportamento pautado em valores morais, o qual justifica o uso da força para fazer valer direitos básicos dos trabalhadores. Forja-se, assim, uma identidade operária que aponta em direção à disputa do controle do trabalho pelo capital, tendo como horizonte a luta por direitos.

QUEBRAS: A CIDADANIA DO PROTESTO

Os quebras dos operários da construção pautam-se na **idéia da não-cidadania** dos trabalhadores, colocando a ação direta¹⁶ no âmbito do intercruzamento de fatores múltiplos (subjetivos, culturais, econômicos, políticos e sociais, dentre outros), marcados pela privatização das experiências dos trabalhadores e sua exclusão social. O enquadramento possível de fenômenos tão complexos e heterogêneos, dada a precariedade das fontes e a pouca visibilidade dos eventos, viabilizou-se através do trabalho de campo que coletou relatos fragmentados, porém de grande riqueza à compreensão da natureza dos fatos.

Nesta análise, parecem ter ficado descartadas as velhas teses da Sociologia tradicional a respeito da classe operária brasileira e do próprio senso comum que costuma atribuir à origem rural dos trabalhadores da construção uma trajetória que desembocaria no trabalho por conta própria,

¹⁵

Burla do controle dos supervisores da produção, saindo do posto de trabalho sem autorização, de modo a circular pela obra sem destino certo ou descansar em algum lugar distante do acesso das chefias.

¹⁶ Ver, a este respeito, o estudo de CARVALHO e LANIADO (1993, p.115) a respeito das ações coletivas violentas, classificando-as em três modalidades: a) "explosões de protesto mais espontâneas" (saques, quebra-quebras); b) "atuação de grupos mais ou menos organizados" (ocupações, invasões); e c) "ações de nível mais extremado de violência coletiva" (linchamentos, justicamentos). Os quebras dos trabalhadores da construção civil combinam os elementos das duas primeiras modalidades, ou seja, a partir de situações-limite, os operários definem um alvo imediato, criando uma identidade momentânea, visando a pressionar a empresa no sentido de obter resposta para suas reivindicações.

sendo portanto destituídos de ação coletiva sindical típica da classe operária (Lopes e Alvim, 1981). Nesta vertente, as explosões esporádicas dos operários seriam a expressão desta incapacidade de ação com continuidade, ou seja, sua inabilidade para a ação coletiva organizada. Entretanto, conforme analisam os autores, os movimentos grevistas da construção civil desencadeados em todo o país a partir de 1979, mesmo fazendo uso de quebras, foram a expressão da capacidade da categoria no sentido de desmentir estas teses, à medida que se organizou de modo autônomo nos diferentes movimentos (Comissões de Negociação), pressionando através da ação de massas as entidades imobilistas e assistencialistas deste setor profissional.

A **linguagem política dos quebras** parte primeiramente da **subjetividade operária** constituída no mundo da família e do trabalho, em que a situação de privação (família) e opressão (trabalho) se combinam, de modo a trazer à tona os sentimentos de medo, raiva e sofrimento como expressão da humilhação e injustiças vivenciadas no mundo do trabalho e na sociedade. Trata-se de uma linguagem nova, que precisa ser olhada na sua peculiaridade da **experiência de classe** (Thompson, 1984), cuja matriz decanta as inúmeras situações da vida cotidiana em uma sociedade capitalista historicamente determinada.

Esta **vivência individual da humilhação e da injustiça** leva a momentos de revolta incontida, expressos em quebras de pratos, copos, torneiras, enfim, alvos de propriedade privada que captam o significado das ações: alertar os proprietários no sentido de que a situação se tornou insuportável. As ações traduzem a indignação moral diante de arbitrariedades e descaso com a força de trabalho por parte da gerência da produção. Soam como **vingança** diante das queixas não ouvidas e das reclamações sem interlocutores reconhecidos socialmente.

Porém, à medida que os **quebras são lutas por direitos**, eles assumem certa eficácia política (Moisés, Martinez-Allier, 1977) através da ação coletiva violenta dos operários, ocasião em que constituem uma "identidade momentânea" e forjam canais de negociação de um contrato implícito negado, forçando a pactuação de regras mínimas que possam garantir o retorno ao trabalho. Há de fato uma situação de força que obriga o patronato a responder às reivindicações. Não está em jogo aqui a extensão desta resposta, ou seja, a conquista definitiva ou parcial de direitos, porém, o fato consumado do quebra forja uma resposta imediata a uma situação anteriormente ignorada, daí sua eficácia.

Desse modo, **lutar por direitos através dos quebras** significa colocar em prática a **cidadania do protesto**, ou seja, lançar mão da **ação direta** como forma de pressão legítima, à medida que a categoria não

consegue efetivar seu acesso à cena pública de forma institucionalizada, devido à ausência de canais de negociação de seus interesses e de reconhecimento de sua participação social e política.

GREVES OPERÁRIAS: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO

O **processo de constituição do sujeito coletivo**, tal como proposto neste trabalho, abrange três dimensões qualitativamente distintas e articuladas - a identidade coletiva, o conflito e a capacidade de criação de direitos - de modo a permitir a configuração deste na sua totalidade. O campo do conflito revela-se de fato enquanto um espaço contraditório capaz de gerar condições para a explicitação dos antagonismos existentes entre os diferentes atores sociais. De fato, o processo de resistência que caracteriza a constituição deste sujeito parte do enfrentamento individual ao nível do local de trabalho e desdobra-se nas ações de pressão dos diferentes grupos profissionais diante da gerência da obra, nos quebras e nas greves. É neste conjunto de discursos e práticas operárias que toma vulto um sujeito coletivo dotado de capacidade de negociação e defesa de interesses da categoria, colocando-o no espaço público enquanto interlocutor diante da sociedade e do Estado.

A dinâmica da greve¹⁷, enquanto um momento de ruptura, ao quebrar o cotidiano de trabalho e explicitar a percepção das diferenças entre empresários e trabalhadores, através da união e da solidariedade dos operários em torno dos interesses coletivos, forma de uma identidade momentânea. Este **processo de politização** é dado pela força do movimento de massas que estabelece uma comunicação entre os trabalhadores e entre estes e suas lideranças emergentes, de modo a garantir a predominância da união e da coragem diante do medo e da inexperiência presente junto aos operários. O processo de exploração e dilapidação da força de trabalho, resultando em sofrimento moral fruto de injustiças e humilhações sofridas, encontra neste instante uma possibilidade de **resgate de sua dignidade perdida** (Abramo, 1986), tornando a greve um

A referência empírica deste conceito são as duas greves dos trabalhadores da construção civil em Brasília em 1979 e 1990. Em 1979, a categoria não se sentia representada pelo sindicato diante do processo inflacionário que corroía seus salários e as opressivas condições de trabalho vigentes nos canteiros de obra. Os quebras foram a linguagem do movimento que constituiu uma liderança emergencial reprimida e presa pelo aparato policial com a colaboração de dirigentes sindicais da categoria. Em 1990, a trajetória de conquistas da classe trabalhadora tinha resultado na formação da CUT e do PT, instituições voltadas para a defesa dos direitos básicos dos trabalhadores. O Comando de Greve formado para dirigir o movimento e negociar suas demandas era composto por trabalhadores com experiência política nas lutas do ABC nos anos oitenta, fato que deu uma conformação distinta aos resultados da greve: a negociação foi vitoriosa, garantindo reajuste salarial naquele período de forte recessão econômica, além de formação de Comissões para tratar das demandas sociais (uniforme, ônibus para transporte dos operários, etc).

espaço de aprendizado político e de liberdade. Assim, ela surge como "meio de pressão e de expressão" (Perrot,1974) pautado na capacidade de sentir o peso da força coletiva nascida na sociabilidade operária e sustentada em discursos e práticas solidárias e auto-confiantes, capazes de respaldar as demandas em jogo, assim como no modo específico de expressar a rebeldia contra as condições opressivas e indignas de trabalho.

Em 1979, o surgimento da **Comissão de Greve** em Brasília permitiu a constituição momentânea de uma representatividade de interesses e, apesar dos limites do discurso e da prática desta, ela serviu como um ponto de referência política para a categoria, ao contrapor-se frontalmente ao posicionamento da direção sindical. Mesmo não conseguindo assumir um papel autônomo devido à interferência da ação policial, configurou a expressão de algo novo, de caráter coletivo que nascia do profundo descontentamento com a prática da direção sindical e apontava em direção a outro discurso e outra prática nascidos das bases. Era o início de uma proposta de sujeito coletivo colada na experiência da classe que se manifestava publicamente na luta por melhores condições de vida, trabalho e salários.

Em 1990, a experiência do **Comando de Greve pró-CUT** na greve operária de Brasília expressava o resultado da trajetória da classe na sua luta por direitos durante os anos oitenta, à medida que havia incorporado um novo horizonte constituído pela autonomia, pela democracia sindical e a organização no local de trabalho, em que estavam depositadas as sementes desta nova prática e discurso sindical. Era um projeto do sujeito coletivo pautado na solidariedade, na representatividade e na articulação entre bases e direção que refletia um novo momento, apontando em direção ao futuro com promessa de realização.

DIREITO, LEI E JUSTIÇA: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DOS TRABALHADORES

As dificuldades de criação de um espaço público democrático no Brasil encontram, nas representações operárias analisadas sobre direito, lei e justiça, uma resposta preliminar. Isto significa dizer que os trabalhadores auto-denominados como *pobres* vivem esta condição como uma experiência de exclusão e isolamento que os afasta do mundo público. Privatizados em suas demandas específicas e sem canais de expressão e reivindicação representativos, alheiam-se nos espaços do mundo privado ocupado pela família e o trabalho. Dessa forma, ficam reduzidos aos códigos morais individuais como a referência a partir da qual olham o cenário público em que ainda não se afirmaram com o discurso e prática coletiva.

O **caminho da cidadania** pautado no reconhecimento e na linguagem pública dos direitos aparece na experiência operária da construção civil como regras culturais de convivência cotidiana imbricadas de moralidade e referentes ao espaço privado. As relações sociais enquanto relações de direitos propostas por Pharo (1985) ficam à espera da legitimidade social ainda não existente, sem a qual os direitos não se universalizam.

Os discursos dos trabalhadores aparecem plenos de reivindicações por direito e justiça que ainda não alcançaram um patamar de resposta satisfatório. O **sentimento de injustiça** (Moore Jr., 1987) é o ponto central do reconhecimento da ausência de direitos, em que o critério moral do "trabalho honesto" é a regra, exigindo reciprocidade dos empregadores, porém, aguardando inutilmente por esta postura. Uma sociedade excludente, hierárquica e autoritária como a brasileira não poderia realmente produzir num setor patronal tradicional uma postura aberta ao diálogo e disposta a suportar pressão e praticar a negociação. Neste sentido, o "trabalho sofrido da classe" fica sem a contra parte do respeito à dignidade da condição de trabalhador e acaba por se tornar um ponto de referência para momentos de revolta e reivindicação.

Se a sociedade não oferece um horizonte de cidadania na prática das relações sociais, os operários, por si mesmos, também não conseguem ir além **da reivindicação de cumprimento dos direitos que estão na lei**, sem visualizar de modo mais claro a injustiça presente nas leis de cuja elaboração não participaram as classes populares (Lyra Filho, 1982 e 1986). A lei, para eles, está relacionada ao mundo privado dos códigos de conduta em que se separa de modo claro a vida da família trabalhadora honesta e organizada do mundo do crime, em que a transgressão é a regra.

As leis que têm visibilidade para eles dizem respeito principalmente ao mundo concreto do trabalho ("leis trabalhistas", "lei do sindicato", "lei da CUT"), em que a experiência de seu exercício está presente durante toda a vida operária. Aliás, estabelecem uma estreita relação entre lei e direito e, ainda que não consigam separá-los de forma nítida, são capazes de reivindicar uma **lei justa** (Chauí, 1986b) partindo da idéia de justiça constituída no espaço familiar e transposta para outros planos da experiência.

É neste sentido que conseguem identificar as transgressões praticadas pelas empresas e dirigir-se à Justiça do Trabalho reconhecida como um instrumento a favor da lei e dos direitos, capaz de responder à injustiça praticada pelos empregadores. Mesmo assim, são capazes de identificar um certo jogo entre as empresas, o sindicato (não representativo) e o Poder Judiciário, em que o setor empresarial exerce influência. Mas experimentam o desejo de "fazer valer os direitos" (Caldeira, 1984), o que na prática significa que, mesmo quando derrotados na Justiça do Trabalho, não se renderam às

arbitrariedades do empregador. Esta sensação **de exercício da liberdade de lutar por direitos**, ainda que ao nível individual, é um passo no sentido de estender este sentimento de busca da justiça a outros planos da vida pessoal e social, garantindo assim uma visão mais ampla das suas possibilidades de ação.

Assim, as representações analisadas a respeito do direito, da lei e da justiça permitem assinalar um **espaço contraditório** em que estão inseridos ao nível simbólico, com forte presença de valores construídos na esfera privada, os quais orientam a conduta dos trabalhadores nos espaços de dominação, exploração e opressão. **O forte conteúdo moral das representações** (Freitag, 1992 e 1992b) remete à família como o "locus" provedor de valores e crenças que permeiam o comportamento dos trabalhadores ao nível social. Partindo de princípios morais para analisar as ações sociais e políticas, os operários apontam em direção à **conquista de direitos como o eixo articulador da lei e da justiça** (Sousa JR., 1984 e 1987). Mais ainda, deixam indicado o caminho da **luta operária e sindical** como a estratégia de alcance do mundo público, no sentido de garantir legitimidade e reconhecimento recíproco das suas demandas.

Neste sentido, está presente nas representações operárias uma **articulação entre o mundo da cultura** (valores partilhados em comum) e o da **ação coletiva**, que remete para a possibilidade de construção de um sujeito da categoria, a partir da configuração de uma identidade de interesses que lhes permita instrumentalizar a **luta coletiva pela criação de novos direitos** (Chauí, 1990; Lefort, 1987), a partir de suas experiências no mundo privado e dos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho, nos quebras e nas greves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís.
1986 **O resgata da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. São Paulo, 1986. Dissertação (mestrado) - Universidade São Paulo.
- ALMEIDA, M. Hermínia T.
1981 Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2.
- BICALHO DE SOUSA, Nair H.
1983 **Construtores de Brasília**. Petrópolis: Vozes.
- BICALHO DE SOUSA, Nair H.
1992 Especificidade e ambiguidade na constituição de um sujeito coletivo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n 34, junho.

- BICALHO DE SOUSA, Nair H.
1993 Novos sujeitos sociais: a classe trabalhadora na cena histórica Contemporânea. In: SOUSA JR, J. G. e AGUIAR, Roberto (orgs). **Introdução crítica os direito do trabalho**. Brasília: CEAD/NEP Ed.UNB, v.2. (Série o direito achado na rua).
- CALDEIRA, Teresa Pires.
1984 **A política dos outros**. São Paulo: Brasiliense.
- CARVALHO, Inaiá, LANIADO, Ruthy.
1993 A sociedade dos fatos consumados In: NASCIMENTO, E., BARREIRA, I. **Brasil Urbano**: cenários da ordem e desordem. Rio de Janeiro: Ed. Notrya/SUDENE/UFCE3.
- CASTORIADIS, Cornelius.
1985 **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense.
- CHAUÍ, Marilena
1986 **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- CHAUÍ, Marilena
1986b Roberto Lyra Filho ou da dignidade política do direito". In: LYRA, D. A. (org.) **Desordem e processo**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.
- CHAUÍ, Marilena 1988b Prefácio In: SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHAUÍ, Marilena
1989 **Reflexos da cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.
- CHAUÍ, Marilena
1990 Sociedade, estado. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB.13, Belo Horizonte. **Anais...**
- DEJOURS, C.
1988 **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez.
- DURHAM, Eunice.
1973 **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva.
- DURHAM, Eunice.
1977 A dinâmica cultural na sociedade moderna. **Ensaio de Opinião**. Rio de Janeiro, v.4.
- DURHAM, Eunice.
1980 A família operária: consciência e ideologia. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.23, n.2
- FARAH, Martha.
1992 **Tecnologia, processo de trabalho e construção habitacional**. São Paulo: Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Depto. de Sociologia.
- FAUSTO NETO, Ana Queiroga.
1982 **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes.

- FREITAG, Bárbara.
1992 A ética nas relações sociais e profissionais. *Série Cadernos do CEI*, n.2.
- FREITAG, Bárbara.
1992b *Itinerários de antigona* a questão da moralidade. Campinas: Papirus.
- GRANDI, Sônia L.
1981 *Algumas considerações a respeito da questão do alojamento na construção civil*. São Paulo: USP, mimeo
- GRANDI, Sônia.
1985 *Desenvolvimento da indústria da construção no Brasil*: mobilidade e acumulação do capital e da força de Trabalho. São Paulo: Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Depto. de Sociologia.
- GRANDI, Sônia L.
1979 *Relações de trabalho e rotatividade na construção civil*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo.
- HOGGART, Richard.
1973 *As utilizações da cultura*. Lisboa: Presença.
- LACLAU, Ernesto.
1986 Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, n.2, out.
- LEFORT, Claude. .
1987 *A Invenção democrática*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense.
- LOPES, J. S., ALVIM, R.
1981 A construção do movimento operário. In: *Aconteceu - trabalhadores urbanos no Brasil- 1980*. Rio de Janeiro: CEDI. (Especial 7).
- LYRA FILHO, Roberto.
1982 *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense.
- LYRA FILHO, Roberto.
1986 Desordem e processo: um posfácio explicativo. In: LYRA, D. A.(org.). *Desordem e processo*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.
- MACEDO, Cinira M.
1985 *A Reprodução da desigualdade*. São. Paulo: Vértice.
- MELUCCI, Alberto.
1989 Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 17, jun.
- MINAYO, Cecília.
1986 *Os construtores da cidade*. Rio de Janeiro: FASE.

- MOISÉS, José Álvaro, MARTINEZ-ALLIER, Verena
1977 A revolta dos suburbanos, ou patrão o trem atrasou. In. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. São Paulo: CE-DEC/Paz e Terra.
- MOORE JR., Barrington.
1987 **Injustiça**. São Paulo: Brasiliense.
- MORICE, Alain.
1988 **Os trabalhadores da construção civil em João Pessoa**: primeiras reflexões, mimeo.
- MORICE, Alain.
1989 **Reestruturação política do mercado habitacional e rotatividade da mão-de-obra na construção civil em João Pessoa**, [s.n], mimeo.
- NELSON, J.
1969 Migrants, urban poverty and instability. **Afew Nations**. Harvard University: Center for International Affairs.
- NELSON, J.
1979 Access to power - politics and the urban poor. **Developing Nations**, Princeton: Princeton University Press.
- PAOLI, M. Célia.
1989 Trabalhadores e cidadania: experiências do mundo público na história do Brasil moderno. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.3, n.7, set/dez.
- PERROT, Michelle.
1988 **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra.
- PHARO, P.
1985 **Le civisme ordinaire**. Paris: Librairie des Meridiens.
- PIMENTEL, Lourdes.
1978 **Os peões do Village**: uma reflexão sobre os movimentos de operário da construção civil. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - mimeo.
- SADER, Eder.
1988 **Quando novos personagens entraram em cena** - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra.
- SADER, Eder, SANDRONI, Paulo.
1981 Lutas operárias e tática da burguesia: 1978/1980, **Cadernos PUC**, n. 7, maio.
- SARTI, Cynthia A.
1993 O primado do mundo da casa para os pobres. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.12, Caxambú.
- SCHERER-WARREN, KRISCHKE, Paulo J. (orgs).
1987 **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense.

- SESI, Departamento Nacional.
1991 **Diagnóstico da mão-de-obra do setor da construção civil**. Brasília.
- SESI, Departamento Nacional.
1991 e **Condições de segurança do trabalho em canteiros de obra**. Brasília.
- SESI, Departamento Nacional.
1991b **Estudo sobre condições de alimentação e de nutrição no setor da construção civil**, Brasília.
- SESI, Departamento Nacional. 1991 c **Estudo das condições de saúde e higiene do trabalhador da construção civil** Brasília.
- SIMÃO, Aziz.
1966 **Sindicato e estado**. São Paulo: Difel.
- SIQUEIRA, Deis.SOUZA FILHO, E.
1987 **Identidade e identidade de classe II**: reflexões para pesquisa, mimeo.
- SOUZA JÚNIOR, José Geraldo.
1984 **Para uma crítica da eficácia do direito**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor
- SOUZA JÚNIOR, José Geraldo (org).
1987 **O Direito achado na rua** 1 ed [si.]: UNB.
- SOUZA JÚNIOR, José Geraldo (org).
1991 Movimentos sociais - emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo do direito. In: ARRUDA JR., E. L.(org). **Lições de Direito Alternativo 1**. São Paulo: Acadêmica.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth.
1991 **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense.
- TELLES, Vera da Silva.
1990 Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, v.4, n.2, abril/jun.
- TELLES, Vera da Silva.
1992 **A cidadania inexistente**: incivilidade e pobreza - um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo. São Paulo. Tese (Doutorado), Departamento de Sociologia, USP.
- THOMAZZI, Antônio de Pádua N.
1990 **A construção do operário**: o uso da teoria na construção civil. Beto Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciência Política - Universidade Federal de Minas Gerais).
- THOMPSON, E. P.
1984 **Tradicón, revuelta y consciéncia de clase** - estúdios sobre la crists de la sociedad preindustrial. 2.ed. Barcelona: Crítica.

- VALLADARES, Lícia P.
1991 Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. BOSCHI, Renato R. (org). **Corporativismo e desigualdade** - a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: UPERJ/Rio Fundo Editora.
- VALLADARES, Lícia P. et al.
1981 **O processo de trabalho e a formação profissional na construção civil**. Rio de Janeiro: FGV/IESAE.
- VALLADARES, Lícia P. et al.
1982 O caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: **CIDADE, povo, poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VARGAS, Nilton.
s.d. **Tendências de mudanças na indústria da construção**. [s.l. :s.n.j, mimeo.
- VARGAS, Nilton.
1984 **A prática da franqueza e da "disconcordância"**, a participação dos trabalhadores na gestão de urre construtora. Rio de Janeiro: FINEP / COPPE/WROBEL-HILF.
- WERNECK VIANA, L.
1980 Por um novo sindicalismo. **Cadernos de Debate**. São Paulo: n.7.
- ZALUAR, Alba.
1985 **A máquina e a revolta** - as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo:

